



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 48

Sessão ordinária de dezembro

3.ª reunião em 04-01-2012

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segundo Secretário Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário, e a Vogal Maria João Moreira Dinis, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Manuel José Prior Pedreira Neves, Marco António Costa Gonçalves, Victor Manuel Marques de Oliveira, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Maria Inês Sequeira Bastos Abreu, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Nelson Ricardo Esteves Peralta, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos Vogais:[001](#)

Sesnando Alves dos Reis, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e Maria Romana Alves Fragateiro da Cunha.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Helena Maria de Oliveira Dias Libório e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e dos vogais Bruno Miguel Ribeiro Costa, Elisabete Krithinas de Freitas, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Marco António Costa Gonçalves, António José Mila Canhoto, Maria João Moreira Dinis, Vitor Manuel Marques de Oliveira, Paulo Alexandre Florentino Marques, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel Santos Salavessa.[002](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, e Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, apresentaram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Ponto 4. – 5.º relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município ⁰⁰³.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17/08/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe e das explicações pertinentes.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁰⁴

“Sr. Presidente da Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Deputados. Eu vou tentar ser breve. Este relatório é um relatório que já foi apresentado há algum tempo à Câmara. Em relação à parte da Administração, em termos de Recursos Humanos, nas medidas que tínhamos proposto no Plano de Saneamento, há um ligeiro aumento fruto dos concursos que estavam em curso e também do regresso de alguns trabalhadores que estavam na AdRA aos Serviços Municipalizados. Em termos de execução: se nós fizermos os duodécimos a meio, ou seja, cinco meses do Plano de Saneamento Financeiro. A nossa execução estava vinte e seis por cento abaixo daquilo que estava previsto em termos de Plano de Saneamento. Em termos de horas extraordinárias e de ajudas de custo estávamos menos vinte e sete por cento abaixo daquilo que estava previsto em termos do Plano de Saneamento Financeiro. Importa referir que há depois algumas dilações que, provavelmente, irão afetar os resultados no segundo semestre.

Quanto ao subsistema de saúde, como sabem, fruto do término da participação à ACASA, nós também estamos regularmente abaixo. E em termos daquilo que é o faturado temos uma execução de menos vinte e três por cento, em relação ao previsto no Plano de Saneamento.

Quanto ao programa de medicina, segurança e higiene no trabalho continuamos na execução habitual, tal como estava referido no Relatório.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, como sabem foi aprovada em fevereiro, ou seja, durante o tempo de vigência desse relatório, deste semestre, a central de compras ao nível do grupo municipal. Portanto em termos daquilo que é a execução financeira desta medida, estamos, na globalidade, abaixo setenta e três por cento daquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro.

Ao nível da redução das despesas com comunicações, eletricidade e seguros, também aqui estamos muito abaixo, embora haja os efeitos de semestre, isto é, não está contabilizada alguma da faturação da EDP e portanto esta décalage em relação ao Plano e que seguramente nós não estaríamos, nesta medida, a cumprir se tivéssemos já as faturas da EDP contabilizadas. Isto não acontece devido a um modelo de encontro de contas semestral entre nós e a entidade.

Quanto ao alargamento de competências nas Juntas de Freguesia não há nada a reportar. Até porque as delegações de competências só foram aprovadas num período posterior. Só

foram assinadas com as Juntas num período posterior e, portanto, não há sequer execução nesta medida no ano de dois mil e onze até esta altura.

Quanto às questões das finanças, no pacote entre a dívida a média e a longo prazo e a dívida a curto prazo há a realçar que tínhamos, em termos de juros, uma diferença positiva. Ou seja, estávamos a gastar menos sessenta e quatro por cento do que o que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro. O que é interessante e bastante positivo, uma vez que estamos a poupar dinheiro em juros.

Ao nível das receitas, enquanto que do lado das despesas parece-nos, com o efeito das medidas, que estamos a gastar menos do que aquilo que estava previsto, a verdade é que em termos de receitas estamos aquém daquilo que também estava previsto em termos de Plano de Saneamento Financeiro.

Ao nível das taxas, no período, e estamos sempre a falar deste período até maio de dois mil e onze, estamos abaixo vinte e oito por cento daquilo que estava previsto em termos de Plano de Saneamento Financeiro, o que, como é óbvio, não é muito positivo.

Ainda em relação ao empréstimo de médio e longo prazo, peço desculpa por voltar atrás, neste período foram pagos setecentos e dezassete mil novecentos e oito euros e setenta e um cêntimos, ainda relativos ao empréstimo de saneamento financeiro.

Quanto aos subsídios, à data, a variação em relação ao Plano era nula, ou seja, estamos exatamente onde estava previsto, em termos de Plano de Saneamento Financeiro.

Ao nível da contabilidade analítica, como é referido, nós estamos em implementação do sistema de contabilidade analítica, com algumas lacunas e algumas dificuldades, mas espero que, quando apresentarmos o Relatório e Contas de dois mil e doze, tenhamos todos os mapas disponíveis para vossa análise.

Quanto aos recursos. Do lado das receitas nós estamos efetivamente muito longe do que aquilo que estava previsto em termos de medidas. Há algumas notas positivas e elas estão refletidas no relatório. No entanto, naquilo que eram as rubricas que nós achamos que deveriam refletir estamos, de facto, aquém daquilo que era previsto.

O mesmo se passa em relação à alienação do património. Estamos setenta por cento abaixo em termos de Plano. E na habitação social, a mesma coisa, só vendemos setenta e sete mil euros, praticamente. Estava previsto quase trezentos mil e, portanto, estamos abaixo.

Ao nível das concessões não houve nada a registar e, por isso, os seis milhões que estavam previstos não eram efetivados ainda este ano e, portanto, não há aqui nenhuma alteração.

Uma nota global. Enquanto nas despesas estamos com oito milhões a menos do que o que estava previsto neste âmbito de medidas, o que para nós é extremamente positivo, contrabalançando de facto com aquilo que é a receita em que temos menos cinco milhões do que também estava previsto.

Estamos bem naquilo que é financeiro. Em termos daquilo que não é financeiro eu julgo que o relatório também traduz bastante a situação naquelas medidas que são mais de organização do Município. Para tudo o resto fico disponível para o que entenderem.”

(Entretanto foram dando entrada na sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Olinto Henrique da Cruz Ravara e António José Mila Canhoto)

De seguida inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁰⁵

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

“Senhor Presidente, Srs. Deputados. Nós não podemos ignorar a auditoria feita pelo Tribunal de Contas à execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município, no exercício de dois mil e oito dois mil e dez. E aqui, porque não o podemos ignorar, ficámos com um problema acrescido. Em primeiro lugar porque, não a podendo ignorar, temos uma obrigação de reserva dado que aquilo que nos foi apresentado foi uma versão inicial para exercício do contraditório, que não é, portanto, o texto final da auditoria. Mas apesar de isso assim ser, de facto, ela levanta questões que, não as podendo referir, não podem deixar de estar presentes na minha intervenção. Tendo presente o texto da auditoria, este texto provisório, eu lembro que há cerca de um ano...”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD):[007](#)

“Senhor Presidente. Estamos a falar de um documento que tem carácter sigiloso. E eu pergunto à Mesa se faz sentido dar continuidade digamos a este discurso (ouvem-se vozes).”

Presidente da Mesa:[008](#)

“Senhor deputado, cada deputado é livre de fazer o entendimento sobre o documento. Sendo isto um órgão democrático, cada deputado poderá expressar a sua intervenção (ouvem-se vozes).”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[009](#)

“Era o que faltava! Portanto, a propósito, eu lembro que há um ano quando da discussão de um Relatório Municipal sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro eu disse (não foi o Tribunal de Contas) que a responsabilidade da Assembleia no acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro era enorme. Que nos competia, a nós, averiguar se ele estava ou não, a ser cumprido. E nesse sentido propus a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal, porque basearmo-nos apenas no texto que é enviado, sem o poder analisar em pormenor, sem o poder discutir exercendo o contraditório com a Câmara Municipal, não se reuniam condições para que a Assembleia possa assumir plenamente as suas funções.

E eu apresentei uma proposta no sentido de ser criada uma Comissão de Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro.

Essa maioria decidiu chumbar a proposta! Entende essa maioria que é suficiente a apresentação deste relatório para exprimir juízo acerca do cumprimento ou do incumprimento do Plano.

Eu volto a repetir que esta apresentação é insuficiente. Esta apresentação não é atempada. Esta apresentação não responde a essa questão — mas eu não vou propor novamente essa Comissão, os senhores que a proponham se quiserem. Os senhores agora que a proponham.

Mas, para que fique em ata: eu não participo na apreciação deste ponto de Saneamento Financeiro sem a existência de uma Comissão da Assembleia Municipal para o fazer.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

“Um dos meus filmes preferidos começa com uma personagem que cai de um prédio de cinquenta andares. ‘Jusq’ici tout va bien’, é um filme chamado ‘La Haine’ em que uma personagem, à medida que vai caindo, vai repetindo para si próprio, em cada andar, «até aqui vai tudo bem; até aqui vai tudo bem; até aqui vai tudo bem». Ouvindo as intervenções

de hoje e da Assembleia Municipal passada, desta Câmara Municipal, posso apenas dizer que este Executivo também está nessa queda e a dizer «até aqui vai tudo bem», sem perceber que o que interessa não é a queda mas será, neste caso, a aterragem.

Se não vejamos. A Câmara Municipal diz que tudo vai bem com o Plano de Saneamento Financeiro, mas enquanto diz isto a verdade é que, na última Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, o CDS fugiu do Orçamento. Os Presidentes de Junta do Partido Socialista que costumam ser simpáticos com o Orçamento do PSD e do CDS, estavam presentes nesta sala e saíram antes da votação do Orçamento. Isto é, agora o Orçamento parece que queima para quem costuma ser simpático com estes Orçamentos. Isto leva-me a concluir que Élio Maia e o restante executivo municipal vivem numa torre de marfim imune a qualquer realidade. Até aqui vai tudo bem. Também vai tudo bem apesar de haver uma auditoria do Tribunal de Contas que todos nesta sala conhecem, porque apesar de ser sigiloso alguém o divulgou. Aliás, o PSD até está muito nervoso para que ninguém ouse dizer o conteúdo dessa auditoria do Tribunal de Contas, o que só prova que afinal, se calhar, não vai tudo bem até aqui.

Olhando para o cuidado que esta Câmara tem tido com o Plano de Saneamento Financeiro vemos que, na primeira versão do Orçamento para dois mil e doze, nem sequer havia uma única referência ao Plano de Saneamento Financeiro; foi apenas acrescentada em segunda instância.

Esta Câmara que diz tanto que tem uma herança e que não vai deixar herança nenhuma, sabemos que a partir de dois mil e treze há uma herança desta Câmara que vai começar a pesar. E pesará, acima de tudo, para quem vier, que serão os juros que começarão a cair desse empréstimo sem que a situação das finanças esteja resolvida.

Primeiro o Bloco de Esquerda deve dizer que discorda do Plano de Saneamento Financeiro. Entendemos que o Plano de Saneamento Financeiro não deve ser cumprido. Pelo contrário, deve ser alterado em sede de Executivo e em sede de Assembleia Municipal, por duas questões: a primeira é porque o Plano é absolutamente irreal; logo é impossível ser cumprido como hoje está bem à vista. E se é irreal e não pode ser cumprido, significa que não resolve o problema. Pelo contrário até o agrava como se vê pela dívida a curto prazo.

E uma segunda razão mais política é que o cumprimento deste Plano iria retirar direitos sociais e agravar as condições de vida e o custo de vida dos aveirenses através das privatizações dos serviços públicos essenciais e alienação do património. Obviamente o Bloco de Esquerda não pode ser favorável à deterioração da condição de vida das pessoas do Município.

Defendemos que esta Câmara elabore um Plano de Saneamento Financeiro adequado à realidade, e não irreal, que vá ao encontro das necessidades da população.

Estranhamente, no documento que nos é apresentado para deliberação é aludido que irão ser feitas algumas reestruturações ao Plano de Saneamento Financeiro — sem que a Câmara diga quais!? A Câmara Municipal já chegou à conclusão que este Plano é absolutamente irreal e não resolve nenhum problema e, portanto, vai reestruturar este Plano. E admite-o no documento que hoje nos apresenta.

Aquilo que pergunto é: que reestruturações são essas que a Câmara Municipal coloca no documento e que pedem aos deputados municipais para votarem hoje?

O próprio documento que a Câmara apresenta hoje mostra o quão pouco eficiente tem sido a gestão do Município, por este Executivo, desde que foi eleito em dois mil e cinco.

Primeiro porque diz que agora implementou uma série de medidas de gestão eficiente como, por exemplo, a central de compras e que entrou em funcionamento em fevereiro de dois mil e onze. É o que diz o documento. Então, em seis anos, nunca ninguém teve a ideia de fazer uma central de compras? Ou como todas as outras medidas?

O que os Srs. estão aqui a dizer não é “vejam bem, nós tivemos uma ideia fenomenal”. O que os Srs. estão a dizer é que houve seis anos perdidos com esta Câmara.

Também em relação aos funcionários. A Câmara Municipal diz que reduziu os funcionários. O Bloco de Esquerda não acha que essa seja uma medida positiva e também deve fazer notar que desses funcionários, nos SMA por exemplo, tinham em dois e mil e nove, cento e cinquenta e nove trabalhadores e agora têm vinte e cinco trabalhadores.

E aquilo que nós sabemos é que este novo quadro de pessoal dos SMA, a sua redução foi ditada, acima de tudo, pela parceria com as Águas de Portugal, que prejudica, em muito, o município e os munícipes. Portanto, não é necessariamente positiva.

Queria apenas acabar com uma nota humorística. É que nesta comunicação é dada grande ênfase a um donativo que é chamado mecenato de bens. A Jerónimo Martins que deu duzentos pacotes, que deu algumas bolachas Maria a este Executivo. E já agora a Farita também deu uma caixa de maçãs! Não deixa de ser surpreendente que este executivo, hoje, esteja a elogiar a Jerónimo Martins por ter dado umas caixinhas de bolachas Maria, ao mesmo tempo que a Jerónimo Martins nos está a dizer que sabe tão bem pagar tão pouco aos trabalhadores e que de janeiro-a-janeiro se foge aos impostos o ano inteiro.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹¹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰¹²

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁴

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Ex.ma Mesa, Executivo, caros colegas. Boa noite. A primeira questão que eu gostaria de colocar relativamente a este Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, relatório de acompanhamento, é que, efetivamente, não era este que deveríamos estar a discutir.

Há aqui um claro atraso, não só na apresentação deste relatório, como deveríamos estar a discutir não o quinto, mas o sexto. E este é um facto relevante porque é extremamente difícil estar a discutir factos que ocorreram há um ano. E, portanto, esta é a primeira nota marcante que eu gostaria de deixar.

Este Relatório vem desatempado, e já vou voltar a este assunto, e está em falta o sexto Relatório de Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro que diria respeito ao período de maio de dois mil e onze a novembro de dois mil e onze.

E eu gostaria que o Sr. Vereador tivesse começado por explicar a esta Assembleia porque é que isto assim acontece. Penso que é uma explicação que deverá ser dada pelo simples facto de nós estarmos a discutir, desatempadamente, um relatório e pelo facto de estar em falta outro relatório.

A segunda nota, porque ao contrário do que aqui foi dito, eu acho que fazer oposição não é dizer mal por dizer mal. De facto há algumas melhorias neste relatório relativamente ao anterior. Aliás, eu próprio ironizei com uma frase que aparecia frequentemente no relatório anterior, que repetia excessivamente que «nada havia a relatar» sobre determinados pontos. Neste aqui, não só alteraram a frase, como ela diminuiu de intensidade.

Associando uma coisa com a outra, isto é, associando o atraso com alguma melhoria introduzida neste relatório, o que me é permitido pensar é que eventualmente este relatório esteve à espera de acolher, ou acolheu entretanto, alguns apontamentos de melhoria que poderão ter sido dados pela entidade auditora, como é referido numa página do relatório, e que começou a fazer uma auditoria a estas questões. O que é compreensível.

Poderia era ter sido explicado este facto e todos ficaríamos esclarecidos do porquê do atraso da entrega deste Relatório. Isto leva-me também a estranhar o seguinte.

Nós próprios já fizemos aqui algumas recomendações de melhoria do relatório e as mesmas foram ignoradas. Portanto aparecem agora melhorias introduzidas. Na reunião anterior tivemos oportunidade de ver um quadro com informação muito relevante a introduzir no Plano de Acompanhamento do Relatório, mas a minha pergunta é: porque é que nós quando fazemos sugestões (e não dizemos só mal), elas não são acolhidas? E porque é que quando vem uma entidade fiscalizadora, tudo leva a crer que o atraso do relatório tenha estado à espera de acolher algumas dessas melhorias? Essa é a primeira pergunta que eu deixo.

Se fazer oposição não é dizer mal por dizer mal, fazer gestão de um órgão autárquico também passa eventualmente por acolher algumas das recomendações que são feitas. E não estar à espera que venha uma entidade terceira, com todo o respeito que tenhamos pela mesma, para incluir essas mesmas sugestões nos planos de melhoria financeira.

Relativamente ao Relatório. Eu confesso que como disse há pouco tenho grande dificuldade em analisar coisas que aconteceram há um ano. Portanto não vou perder grande tempo a fazer algumas considerações muito pormenorizadas.

Mas há uma questão, ao olhar para estes números, que me deixa sempre uma grande dúvida quando olho para estas melhorias. Nomeadamente, deixa-me sempre algo angustiado. Se olharmos para a página dez do Relatório nós temos uma redução significativa em comunicações móveis. Ou seja, em janeiro de dois mil e nove temos um valor na ordem dos cinco mil novecentos e quarenta e nove, e em janeiro de dois mil e onze temos um valor na ordem dos três mil e duzentos e setenta. Muito bem. A minha pergunta é: se tudo continua a funcionar na mesma, sem danificar a operacionalidade da Câmara, porque é que estas reduções já não foram feitas há mais tempo?"

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Boa Noite. A apresentação deste Relatório levanta-me algumas questões que eu gostaria de partilhar convosco.

A primeira é de natureza democrática e tem a ver com o funcionamento da própria democracia. E, portanto, não deixa de ser preocupante que os deputados municipais tendam a reagir em função do medo de uma eventual responsabilização financeira perante algo que possa vir a ser imputado no âmbito de uma qualquer inspeção seja esta ou seja outra qualquer (ouvem-se vozes).

Eu não fujo das questões. Esta questão é uma questão que para mim é nuclear. É uma questão central deste debate. Porque eu não concebo, a não ser que me expliquem o contrário, que os deputados municipais que são membros de corpo e direito de um órgão deliberativo possam ser assacadas responsabilidades financeiras pelo cumprimento que única e exclusivamente compete a um órgão executivo. Eu não tenho qualquer receio do voto que tomei. Fi-lo em consciência e fá-lo-ei novamente como o fiz agora em relação ao Orçamento para dois mil e doze. Sem qualquer problema e consciente daquilo que estou a fazer.

Com certeza que também os meus colegas da bancada do PSD assumiram de boa-fé e conscientemente o voto com todas as suas implicações. Não tenho medo do Tribunal de Contas e daquilo que possa ser dito e redito nessa matéria.

Mas não deixa de ser preocupante, face à atitude de alguns deputados municipais que faltaram, e penso que faltaram por medo dessa coação que foi exercida pelo Tribunal de Contas, coisa que eu penso que vi pela primeira vez expressa e detalhadamente num relatório, e não deve ser. Não deve ser.

Estamos numa fase preliminar e acho que estar a lançar o medo nalguns espíritos que não estão devidamente esclarecidos, o que poderá de facto levar ao abandono do debate e a desmobilização de pessoas que não estão para se chatear e estão aqui apenas para contribuir para a causa pública, para o bem e o futuro de Aveiro. É isso que se trata.

Eu tenho que exprimir, publicamente, e para conhecimento do Tribunal de Contas, de quem não tenho, repito, medo nenhum - quem não deve não teme – que nós estamos aqui de boa-fé, que estamos aqui a analisar documentos, compete-nos fazer todas as observações, mas não nos compete fazer o ressarcimento do ponto de vista financeiro de qualquer medida que nesta fase do campeonato ainda não foi cumprida.

Agora vou à segunda parte da questão. Porque esta parte penso que é por demais clara e, portanto, não vale a pena, nesta fase, alongar-me em considerações.

Vamos ao Plano de Saneamento Financeiro propriamente dito. O Plano assenta em previsões e é feita uma análise. Aliás, acho curioso o Tribunal de Contas reagir ao fim de quatro ou de cinco relatórios de Planos de Saneamento Financeiro, mas mais vale tarde do que nunca, mas nós estamos atentos desde o princípio. O Município e o Executivo têm vindo a acompanhar estas medidas desde o princípio e tem apresentado aos munícipes, neste Assembleia, um conjunto de informações relevantes para o conhecimento e o acompanhamento desta matéria tão delicada que nos afeta a todos.

Não há nenhum modelo de apresentação de contas ao nível do Plano de Saneamento Financeiro. Digam-me o artigo, onde quer que seja que determine que o relatório tem que conter os itens ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’ e etc. Não há. O nosso Executivo tem apresentado os relatórios e na sequência das nossas intervenções, de todos nós, da oposição e da bancada que suporta o Executivo, apresentou, na última reunião da Assembleia Municipal, aquele mapa que faltava e que nos calou a todos pela excelência com que foi feito.

Esse mapa que faltava não foi só por insistência da oposição, foi por todos os deputados municipais. A começar por mim próprio que sempre reconheci a necessidade de haver aquele tipo de informação para nos esclarecer. E eu formulo votos para que essa informação continue a ser partilhada no futuro com esta câmara.

Mas, assentando o Plano em previsões, nós temos que perceber que houve mudanças radicais no cenário macroeconómico que o condicionou. E portanto, aquilo que foi elaborado, e muito bem, em dois mil e sete para ser aprovado em dois mil e oito, hoje poderá pecar por alguma falta de aderência à realidade. Daí que, há muito tempo, também temos andado a reclamar pela necessidade de se fazer uma revisão deste Plano. Com toda a consciência e com toda a aderência à realidade e considerando as perspetivas macroeconómicas para o futuro nomeadamente o futuro imediato. Porque fazer previsões a quinze anos, nos tempos que correm, meus Srs. é bruxaria, não é planeamento correto. Ninguém faz planeamento macroeconómico, planeamento financeiro, a quinze anos. Isso faz-se num quadro de estabilidade total. E nós temos a plena consciência do que se passou ao nível da União Europeia e ao nível do nosso país, como falhando uma premissa macroeconómica fundamental falham as outras todas por arrastamento. Não há PEC que resista e já conhecemos vários, com profundas alterações às revisões. E mais... sobre essas previsões poderíamos citar aqui quatro ou cinco organismos nacionais e internacionais e todas elas a divergirem sobre as metas a atingir. Esta é a realidade com que temos que nos defrontar.

Portanto, chegar aqui e dizer que a Câmara não cumpriu um objetivo, meus Srs., não é dizer a verdade toda. É dizer uma pequena parte da verdade. Porque é preciso esclarecer muito bem porque é que não se cumpriu essa meta. E é isso que o Executivo faz e é isso que nós procuramos saber. Porque é que não cumpriram uma meta ou duas metas ou três metas. E o que é que fizeram e estão a fazer, ou tencionam fazer, para corrigir e ultrapassar essa situação.

Por aquilo que nos foi dito na última sessão eu fiquei muito mais tranquilo. Na verdade, o grau de cumprimento das metas não está, assim, tão abaixo quanto seria de imaginar pela leitura daquele relatório. Longe disso.

Acho que é importante o Executivo continuar a vir a esta Câmara com todos os dados disponíveis, possíveis e imaginários, para esclarecer esta Câmara, porque, de facto, é uma questão da maior importância.

Agora, meus Srs. vejam uma coisa. As medidas têm vindo a ser implementadas. Foi dito na última reunião, há uma semana, que o Executivo iria estabelecer gestores (eu percebi bem), gestores por objetivos. Isto implica uma responsabilização muito grande ao nível da própria estrutura da Câmara, de tudo aquilo que se vai fazer nesta matéria. E sabemos que as medidas de maior impacto financeiro estão para vir porque essas estão do lado das receitas.

Ao nível as despesas o percurso (e é isso que eu gostaria de analisar) a evolução. Reparem, eu concordo com a crítica que aqui foi feita ao desfasamento que existe entre o momento da apresentação e do período do Plano. Já lá vai quase um ano. E é verdade que isto dificulta bastante a nossa tarefa. Mas a verdade o que aqui importa é analisar a tendência ao nível da receita e ao nível da despesa. E quanto a isso eu só posso concluir positivamente, confiando plenamente no Executivo e nas medidas que tomou. Algumas não tiveram a devida eficácia pelas razões já aduzidas e já apresentadas. Mas continuando a fazer o esforço necessário e agora reforçado pela entrada em cena dos gestores de medidas que irão tomar a responsabilidade por tudo aquilo que se vai fazer, eu espero que isto venha a enriquecer, e de que maneira, o contributo a esta câmara. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰¹⁷-Nos termos do artigo 34.º do regimento.

“Sr. Presidente. Defesa da honra dos deputados faltosos do CDS. Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu queria afirmar que o Grupo Parlamentar do CDS é um grupo livre, é um grupo que tem o direito de votar aquilo que entende ser votado. E tem o direito de faltar quando deve faltar, ou quando quer faltar, ou se está doente tem que faltar.

Aqui não há coação. Não há a mínima coação sobre um documento que até é sigiloso para alguns, para outros não é. Por exemplo para mim também não é. Até porque ele foi divulgado no Diário de Aveiro e noutras imprensas.

Nós somos de decidir aquilo que queremos e não estamos aqui como ‘carneirinhos’ a aceitar tudo o que a Câmara Municipal quer que a gente aceite.

O Orçamento é uma peça fundamental da Câmara Municipal de Aveiro que nem sequer uma reunião preparatória com o grupo parlamentar, tanto do PSD como do CDS, para preparação este Orçamento teve! É muito grave, Sr. Presidente. É isso que eu quero dizer aqui.

Não sei se a coligação pode acabar ou pode não acabar, mas pelo Grupo Parlamentar do CDS nós continuamos a ser livres, isentos, e decidimos aquilo que achamos por bem decidir. Houve deputados que faltaram, houve deputados que estiveram presentes, houve deputados que votaram a favor, houve deputados que se abstiveram. É toda uma liberdade que existe no grupo parlamentar. Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD):⁰¹⁸

“Eu espero não ter ofendido a honra de quem quer que seja, nomeadamente dos deputados faltosos. Mas há uma leitura política. Há uma leitura política a retirar dessa ausência. Eu exprimi o meu receio, não quer dizer que tenha sido isso. Exprimi o meu receio de que essa atitude de ausência fosse uma consequência dessa coação exercida pelo Tribunal de Contas. Se assim não foi tanto melhor.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰¹⁹ - Nos termos do artigo 31.º do Regimento.

“Bem... isto entretanto animou e estalou o verniz na coligação. Mas eu apenas queria colocar uma questão direta. Disse-nos aqui que o Plano de Saneamento Financeiro é irreal, não tem adesão à realidade porque a realidade mudou. Mas vejamos uma coisa concreta do Plano. Já em dois mil e sete e dois mil e oito previa que, em dois mil e treze, o Estádio fosse concessionado por sessenta e cinco milhões de euros. Está a tentar convencer-nos a nós que em dois mil e sete e dois mil e oito isto já não parecia um conto de fadas?”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰²⁰ - Nos termos do artigo 31.º do Regimento.

“Sr. Presidente, os meus cumprimentos. Ouvi com muita atenção o Sr. Deputado Olinto Ravara, aliás como oíço sempre, e acho que o Sr. Deputado Olinto Ravara excedeu-se em duas questões fundamentais.

A questão fundamental, para mim, em que se excedeu é considerar que o Tribunal de Contas, pela análise de determinados documentos, está a fazer coação. Isso é a mesma coisa que dizer que o ladrão se sente coagido porque a lei o impede de roubar. É a questão...

O Tribunal de Contas apenas verifica a conformidade com a lei e coloca o seu visto de concordância se os documentos estiverem em conformidade com a lei. Portanto, não pode haver coações. E se há alguém que está, efetivamente, à rasca – olhem para mim que estou mesmo à rasca - porque na altura própria sabia que era uma falácia e votei contra o documento.

Eu gostaria que o Sr. Deputado analisasse isso bem. Certamente não foi isso que quis dizer, que o tribunal de Contas o estava a coagir.

Vou concluir com a seguinte questão. O Sr. Deputado também fala muito sobre o documento, somos todos livres, houve aqui muito debate, houve aqui muitas ideias da oposição... Oh Sr. Deputado e caro amigo. Debate?! Tem havido debate nesta Assembleia?! O que a maioria tem imposto, e reconheça isso, é a sua maioria de voto fazendo ouvidos moucos a todas as sugestões. Ainda agora se falou do Sr. Deputado Salavessa, não acha que se excedeu um pouco ao dizer que, efetivamente, há aqui debate?”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD):⁰²¹

“Respondendo ao Bloco de Esquerda, eu não tenciono, nem nunca tencionarei, convencer o Bloco de Esquerda do que quer que seja. Que fique claro. Em relação às suas questões não tenciono convencê-lo de nada. Portanto, estamos claros.

Relativamente ao meu caro amigo Raúl Martins, eu gostaria de conversar muito consigo sobre isto, e com esta Câmara, sobre esta matéria, porque, de facto, é da maior pertinência. No entanto, eu devo dizer que acho que não me excedi, não temo, disse, claramente, que não temo qualquer apreciação. Acho que o Tribunal de Contas faz, e muito bem, o seu papel. Nesta fase do relatório nada mais se pode esperar. O que eu deixei aqui bem claro é que não entendo porque é que houve as reações que houve, nesta matéria. Porque o relatório até nem tem nada de mal. Se não cumpre, diz que não cumpre... ponto final. E compete ao Executivo e a nós todos justificar porque é que não cumpre. E, portanto, não há mais nada a dizer. Obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²²

“Sr. Presidente. Muito brevemente. O Deputado Olinto Ravara, na intervenção que fez, começou por dizer que esta Câmara foi cumprindo algumas metas. Oh Sr. Deputado, este Executivo nem sequer cumpriu a meta de entregar o relatório a tempo e horas. E devo

dizer o seguinte. Mesmo este relatório, que deveria ter sido entregue mais cedo e que foi elaborado a quatro de agosto de dois mil e onze, foi a reunião de Câmara a dezassete de agosto de dois mil e onze, que podia ter vindo na sessão de setembro, não veio nessa sessão. E o Sr. Vereador, na última reunião, a da aprovação do Orçamento, passou a bola para a Presidência da Mesa. E eu fiquei sem saber no final, mas seguramente alguém esclarecerá, o Sr. Vereador ou o Sr. Presidente da Mesa, sob quem é que ficou, aqui, a responsabilidade. Porque é que isto não foi agendado em setembro? Se foi culpa da Mesa ou se foi a Câmara que, eventualmente, não terá enviado a tempo?

Fica esta pequena questão que pode parecer uma “questiúncula” mas não é. Sempre eram três mesinhos de avanço, já não era nada mau. E agora já poderia vir em dezembro, já não faria mais sentido estarmos a analisar dois relatórios ao mesmo tempo, o relatório correto que é o do outro semestre seguinte e não este que estamos agora a analisar.

Podíamos estar a fazer o número político da divisão entre o PSD e o CDS. É evidente que o se percebe, claramente, que o CDS tem uma própria divisão dentro dele. Percebe-se isso também soa pelos jornais, etc. Não quero fazer número político, mas alguém tem de se entender no meio desta coisa toda. Porque o que foi dito aqui, da bancada do PSD, em relação aos deputados do CDS, e que justificou a defesa da honra, não é, no mínimo, cordial entre membros da Assembleia, quanto mais entre membros que partilham uma coligação.

Eu recordo... enfim, era uma alusão indireta a dos deputados faltosos, e ficou claro que, do ponto de vista político, quem teria faltado ao debate teria sido o CDS, na altura, e que o tribunal de Contas, entre outras coisas, estaria a lançar o medo nalguns espíritos menos esclarecidos. Todos nós aqui somos devidamente esclarecidos e votamos em consciência, de acordo com aquilo que pensamos. Seguramente, o Deputado Olinto Ravara não estava a ir tão longe nesta sua afirmação. Mas é tempo do Sr. Presidente da Câmara, não nos podemos esquecer que é o líder do projeto político da coligação “Juntos por Aveiro”, sentar à mesa os presidentes de Concelhia do CDS e do PSD para descobrirmos em que pé é que estamos. Porque toda a Câmara Municipal assenta num projeto político que se está a desintegrar dia a dia, hora-a-hora, à espera do seu desígnio final que são as eleições de dois mil e treze. E isto merece uma resposta política. E essa resposta política não é só para satisfação da oposição, contrariamente ao que se possa pensar. Por exemplo, em relação a esta matéria do Plano de Saneamento Financeiro, o PS votou contra e desse voto contra foi claramente retirada a mais-valia eleitoral dizendo que o PS, na altura, estava contra o Financeiro e o empréstimo dos cinquenta e oito milhões de euros. Foi o que passou na comunicação social, na altura. E nós estávamos contra o Plano de Saneamento Financeiro mas nunca estivemos contra a questão do empréstimo enquadrada na recuperação financeira da Autarquia. E esse voto, que foi um voto sensato, custou-nos, do ponto de vista eleitoral. Mas essa é que é a forma de estar. Só pode ser a forma de estar.

E, portanto, mais do que a curiosidade política, ainda que a houvesse – que não há – da oposição, o que faria sentido para sossego de todos, e quando digo todos é todos os que são governados por um executivo eleito por uma coligação entre dois partidos e por um projeto político, saber em que pé é que estamos.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁴

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Antes de mais, boa noite. Aquilo que me parece importante salientar, neste momento, já foi abordado mas não nesta sessão, é que já finalizou o período de carência do empréstimo, ou seja, só agora é que o Executivo estará, efetivamente, a fazer a

amortização da dívida. Até este momento estive só a pagar juros. Neste cenário, tem o agravamento de encargos com o empréstimo. Ou seja, a fase mais 'meiga' digamos assim, do empréstimo já passou. E com este cenário do agravamento do valor a pagar pelo empréstimo, nós temos um cenário que é o da principal receita prevista no Plano de Saneamento Financeiro que não se cumprirá, já que toda a gente percebeu que a concessão do Estádio pelo valor apontado de sessenta e cinco milhões de euros.

Aliás, registo a não resposta de Olinto Ravara a essa pergunta. Efetivamente toda a gente sabia que era uma receita irrealista.

Há também a incapacidade de fazer a reestruturação no setor empresarial local. O Bloco de Esquerda, noutras circunstâncias, já tinha dito que, não no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro mas em outras circunstâncias, o Executivo não foi capaz de fazer a reestruturação do setor empresarial local. Apresentou aqui duas propostas que, claramente, não mexiam naquilo que era fulcral nas empresas municipais. Extingui o Teatro Aveirense que praticamente já não existia e a EMA com o intuito de viabilizar outro negócio, curiosamente que viabilizava a concessão do Estádio.

É engraçado ver que neste Plano de Saneamento Financeiro, apesar do decréscimo geral de colaboradores, houve um acréscimo nos quadros da Câmara e é apontada como razão principal um concurso para regularizar a situação de funcionários da Câmara que não estaria regular. Ora, o Bloco de Esquerda já tinha mencionado a necessidade de remunicipalizar algumas das empresas, como é o caso da MoveAveiro. Na altura, o argumento apresentado pelo Vereador Pedro ferreira, para que isso não fosse viável, é que não era possível, depois, integrar os trabalhadores com contrato de função pública.

Como se está a ver, afinal é possível, até porque, neste caso, a remunicipalização da empresa MoveAveiro é um serviço que já existe. É possível, sim senhor. Aliás viu-se perfeitamente pelas medidas para este caso.

Neste sentido, aquilo que nós podemos ver da execução deste Plano de Saneamento Financeiro é que foram feitas todas as medidas gravosas, nomeadamente, as pagas pelo trabalho. Pagas pelos colaboradores da Câmara, com a redução de colaboradores, e também paga pelos munícipes naquilo que diz respeito à subida das tarifas de água, que estão, obviamente, ligadas à decisão, deste Executivo, de concessionar o serviço.

Uma pergunta bastante concreta que eu gostaria de fazer ao Executivo: há aqui uma fatura que diz respeito a um valor de imobilizado a pagar à CPE, a Companhia de Parques de Estacionamento, que resulta de quê? De que é que estamos a falar, concretamente? Na realidade, aquilo que eu estava à espera era de uma receita, por parte da CPE, para o Município, já que paga uma renda por uso do parque de estacionamento no Marquês de Pombal. Gostava, portanto, de saber a que é que diz respeito esta verba.

E também salientar, como já fez o meu colega, o caricato que é a história do mecenato e de falar em poupança por causa de bolachas, por causa de garrafas de águas. Falar em poupança... isso é ridículo! Aquilo que estão a ser protagonistas é publicidade barata para empresas. Na realidade é um mecanismo barato de fazer publicidade e que o Executivo aponta aqui como um mecanismo de poupança que, obviamente, é ridículo. Mais que uma poupança do Executivo, em termos de custos, aquilo que está a ceder é publicidade barata a empresas que para fugir aos impostos se refugiam na Holanda.”

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[026](#)

“Muito obrigado Sr. Presidente. É só para dizer que o Relatório é um documento que já está fora de prazo, mas temos que o apreciar.

Apenas quero dizer que em relação aquelas palavras que o Dr. Salavessa há bocado mencionou, quando disse que houve aqui uma proposta do Partido Comunista para criar uma comissão de acompanhamento ao Plano de Saneamento Financeiro, mais uma vez se

demonstrou a liberdade de voto da bancada do CDS. Eu votei a favor da proposta do PCP. Houve outros deputados que votaram contra e houve outros que se abstiveram. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:[027](#)

“Entretanto, pelo facto do Sr. Deputado Pires da Rosa ter referido a questão do documento fora do prazo do Relatório em análise, informamos que quando esses documentos chegaram aos serviços da Assembleia Municipal estavam fora do prazo legal para serem incluídos na Assembleia Municipal de setembro.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Irei ser breve. A primeira nota a referir, relativamente a este documento, é que é um documento que chegou tarde e a más horas. Esperemos que no futuro o Sr. Presidente da Assembleia insista, até porque agora também tem algumas responsabilidades particulares, mais responsabilidades particulares, nesta matéria. (interrupção da Mesa para solicitar silêncio na zona das galerias).

Como estava a dizer, Sr. Presidente, em si confio para que os próximos relatórios venham a tempo e horas, até porque agora, como Presidente desta Assembleia, tem responsabilidades pessoais acrescidas, nesta matéria, talvez nos consiga fazer com que isso chegue mais cedo.

A segunda nota é que, obviamente, eu não conheço o relatório do Tribunal de Contas. Não conheço profundamente, li assim atravessado. Assim como também li este atravessado. Mas uma coisa vos digo é que não ‘bate a bota com a perdigota’. Ou o Tribunal de Contas, como eu espero, está redondamente enganado ou estamos aqui, hoje, a discutir uma coisa que não merece qualquer fiabilidade. Mas será normal. Porquê? Estamos a discutir como está a decorrer o Plano de Saneamento Financeiro. E nós dissemos, na altura, que esta Câmara nunca teve um Plano de Saneamento Financeiro. O que existiu foi a necessidade de mostrar como é que se ia buscar o empréstimo. Nós estamos a discutir um relatório de uma coisa que nunca existiu. De uma coisa falaciosa. De uma coisa onde se dizia que iam entrar as receitas de não sei de quê, e mais não sei quantos, sessenta e cinco milhões de um Estádio, não sei quanto das privatizações, a água, tudo! Oh meus Srs. tudo o que a gente esteja aqui a fazer ou a discutir este documento é a gastar mais dinheiro ao erário público e ao município. O Tribunal de Contas se encarregará, em altura oportuna, aliás como indicia o tal documento que eu não conheço, de acertar estas contas, principalmente com aqueles que deram o poder ao Executivo para cumprir o tal Plano de Saneamento Financeiro. Obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu confesso que às vezes fico pasmado com algumas afirmações ditas de cátedra que aqui aparecem, nesta Assembleia.

Quando ainda há pouco tempo se estava a referir que o Tribunal de Contas que quando emite opinião, mesmo que ela seja provisória, é para se ter em consideração, logo a seguir, com o mesmo sentido de cátedra, se diz que, realmente, aquilo que foi aprovado pelo Tribunal de Contas, que é este Plano de saneamento Financeiro, que foi autorizado pelo Tribunal de Contas, é uma coisa falaciosa. Quer dizer, dá para onde se quiser.

É por isso que esta nossa oposição, infelizmente, em vez de nos poder ajudar, realmente, só prejudica porque não dá qualquer credibilidade a esta Assembleia. Assim como dizem, desdizem e isso é mau para o Município.

Eu gostaria que esta Câmara tivesse uma oposição como as câmaras do Partido Socialista tiveram em Aveiro, já lá vai muito tempo. Gostaria também de referir, voltando às questões que o Partido Socialista colocou, que também estou de acordo com a crítica que o Partido Socialista faz em relação à implementação de boas práticas. Realmente, nós devemos ser mais exigentes e devemos perguntar à Câmara porque é que, tendo identificado algumas medidas de contenção de despesa, não as implementou antes. É claro que o Partido Socialista, no seu tempo, de certeza que era muito mais despesista do que isso. Mas aceito que o próprio Partido Socialista reclame, aqui, que esta Câmara pode e deve fazer muito melhor. Reconhece-lhe essa competência. Eu também digo que também reconheço essa competência à Câmara, que pode fazer ainda muito melhor.

Por isso, eu reforço as palavras do Partido Socialista dizendo: Sr. Presidente nós acreditamos que esta Câmara ainda pode conter muito mais as despesas do que aquelas que já conteve em relação àquilo que o Partido Socialista fazia para que, realmente, nós possamos fazer com que este Município entre no bom caminho.

Por isso, nós devemos olhar para este documento e dizer que há aqui um conjunto de dados que nos são dados, e que nós agradecemos terem sido transmitidos à Assembleia Municipal, mas há também uma apresentação que nós gostaríamos de ver melhorada. Podia ser melhorada, para além de serem apresentados alguns dados, que pudesse haver uma análise crítica em relação às dificuldades e condicionantes que foram surgindo e que pudessem ser, também, discutidas e debatidas nesta Assembleia. E que algumas desproporções entre algumas das matérias que nos aparecem pudessem ser mais equilibradas. Por exemplo, parece-nos que há um detalhe muito grande no que diz respeito a algumas matérias e, depois, há outras que não têm esse detalhe, e eu não sei até que ponto se deva detalhar até ao pormenor porque muitas vezes podemos perder uma análise mais de conjunto. Mas são só questões de pormenor que são facilmente explicáveis e atenuadas atendendo a que não há uma experiência anterior quanto à execução deste tipo de relatórios, porque a Câmara de Aveiro foi pioneira nesta apresentação de um Plano de Saneamento Financeiro que, infelizmente, tivemos que fazer. É sempre com frisar este aspeto. Por isso, não há ainda nenhuma regulamentação que possa ajudar os nossos técnicos quanto à forma e estrutura do relatório. Também sabemos que há uma redução de recursos humanos com a qual não nos podemos alhear, facto que determina que a qualidade possa não ser aquela que o Partido Socialista reclama deste relatório e que nós subscrevemos e que poderá ser melhorada.

Em relação à apresentação atempada e que poderia ser melhorada, tendo já sido aqui explicado que este relatório chegou à Assembleia Municipal em setembro e infelizmente não veio a tempo de nós o podermos incluir na Ordem de Trabalhos.

Penso que, para aquilo que nós estamos a discutir e que já discutimos aquando da apresentação e aprovação do Orçamento nesta Assembleia Municipal, também não me parece que seja relevante o facto deste relatório não ter aparecido. E, por isso, parece-me que estamos em condições de fazer com que estes relatórios possam ser apresentados atempadamente.

Por isso, tenho pena que o sexto relatório não venha agora em dezembro, mas peço ao Sr. Presidente da Câmara que faça com que estes relatórios possam vir à Assembleia Municipal de acordo com aquilo que a lei nos pede. Nós, com esta experiência que já temos de apresentação destes relatórios, podemos fazê-lo mais atempadamente.

Quanto à revisão do Plano também me apreço que é um assunto premente mas reconheço a dificuldade de o podermos apresentar agora. Enquanto não houver estabilidade quanto às receitas que a Câmara poderá ter e que poderão vir a ser alteradas por aquilo que é a Lei das Finanças Locais, e em função das condições sociais e económicas que vivemos com um conjunto de incertezas que todos os cidadãos portugueses e os aveirenses também vivem, parece-me que, se calhar, não será esta melhor altura para nós fazermos uma

revisão ao Plano de Saneamento Financeiro, porque corremos, mais uma vez, o risco de ser um Plano que, poderá, depois, não corresponder às expectativas que depois poderão a vir a ser criadas.

Espero que, durante este ano de dois mil e doze, haja esse Plano porque isso seria um sinal de que, realmente, a nossa economia, em Portugal, pudesse ser retomada e que as finanças de Aveiro pudessem ter um novo rumo, aliás como parece que vai acontecer a breve trecho, por aquilo que nos é dado pelo relatório. Muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰³¹

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰³²

“Srs. Deputados, em relação a algumas questões que foram colocadas. Acho que a principal foi o ‘timing’ e as questões relativas aos tempos da entrega dos relatórios. Como é sabido, durante o ano de dois mil e onze nós tentámos recuperar aqui o que tinha sido, em dois mil e dez, um lapso, em termos de apresentação de relatórios.

Por muita celeridade que nós consigamos, de facto, houve a necessidade de fazer uma recuperação e julgo que, neste momento, estamos com algum atraso na entrega do sexto relatório. Em breve, julgo que entre esta e a próxima semana, já o poderemos enviar para os membros da Câmara Municipal e estaremos em condições, com certeza, de em fevereiro o trazer aqui. Dar-vos esta nota que aliás já a dei na última reunião.

É muito complicado produzir algo que seja possível para vocês analisarem, que é esse o objetivo, que analisem e que tenham a possibilidade de verem onde estamos a avançar bem e onde não estamos, e cumprir toda uma série de relatórios. Hoje em dia é impossível não tendo uma estrutura própria para fazer o acompanhamento disto. Não é desculpa é apenas uma constatação. Queremos, cada vez mais, melhorar este documento e, portanto, as coisas devem ser bem-feitas porque, se não, trazemos aqui coisas mal feitas, o que ainda é pior.

Quanto à melhoria do relatório, infelizmente não se vê parecer de nenhuma auditoria. Nós vamos fazendo aquilo que sabemos e vamos evoluindo. Gostávamos muito que as auditorias nos ajudassem, nos dissessem para onde é que devíamos caminhar, mas isso, se calhar, são outras matérias sobre as quais eu não vou falar.

Quanto à revisão do Plano, nós temos, neste momento, dados mais fidedignos para avançar, nomeadamente naquilo que é importante. E quando alguém há bocado dizia que não existe nenhum Plano de Saneamento Financeiro, eu gostava que tivessem em atenção aquilo que são as despesas correntes do Município e da evolução que elas tiveram, nomeadamente aquelas que estão nas medidas do Plano de Saneamento. Isso é muito importante para nós, mais do que grandes receitas de capital que existem uma vez, de vez em quando. Importa aquilo que é o dia-a-dia e o corrente. Portanto, temos, neste momento, mais garantias quanto aos próximos anos, ao nível das receitas, por exemplo, transferências ao nível da Administração Central, Impostos e Taxas. Parece-nos que temos, agora, condições para fazer uma coisa bem feitinha.

Em relação às dívidas e a renegociação. Ao nível das comunicações nós tínhamos uma dívida muito grande com o nosso fornecedor de comunicações. Uma dívida que era superior a meio milhão de euros. Foi quando conseguimos baixar os volumes... é difícil negociar quando se tem uma dívida deste montante e com os contratos que tínhamos em vigor.

Para breve, em dois mil e doze, está já em curso a análise das propostas para a rede fixa e de dados e penso que aí também iremos conseguir um abaixamento muito interessante.

Quanto às municipalizações das empresas, aquilo que eu referi, e está referido no relatório, trata-se de pessoal dos Serviços Municipalizados que não têm o mesmo estatuto que os das empresas municipais.

Quando eu lhe disse que estávamos a falar de questões diferentes, são mesmo questões diferentes.

Setenta e cinco pessoas da MoveAveiro não têm vínculo à Função Pública e não podem, em modelo algum, serem incorporados, na Câmara, a não ser por concurso público. E foi isso que eu, da outra vez, transmiti e que o Sr. devia ter ouvido.

Por último, em relação à CPE aquele contrato de concessão não tem rendas para o Município. Aquilo que foi pago teve a ver com o reequilíbrio da concessão devido a obras solicitadas pelo Executivo da altura e que obrigaram a alterar os valores da concessão. Portanto, foi um processo que correu naturalmente, em Tribunal, com valores solicitados pela empresa. Chegados ao fim, foi pago aquilo que devíamos.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰³³

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tendo em consideração aquilo que disse na primeira intervenção, mais uma vez solicito que esta segunda também seja transcrita em ata, dado que eu estou com algum receio das consequências dos atos que tomamos; legítimos receios.

Sr. Presidente, o facto de eu dizer que não quero discutir a substância não quer dizer que não tenha lido. E quando oiço um deputado desta Assembleia, como no caso o Sr. Deputado Paulo Marques, dizer a propósito do Plano que a Câmara reduziu o endividamento, eu percorro o documento trinta vezes do princípio ao fim e não encontro em nenhum sítio onde a Câmara diga que diminuiu o endividamento a longo prazo, ou que diminuiu o endividamento a curto prazo — em sítio nenhum do relatório! Portanto, não façamos do relatório aquilo que ele não é.

Quando outro Sr. Deputado diz que nós não ajudamos, não participamos, não fazemos as coisas, então pronto, vamos lá fazer as coisas de maneira a que as situações fiquem claras. E nesse sentido vou prestar uma ajuda à maioria ajudando-a a clarificar a sua posição. Ou pelo menos, tentar ajudar a clarificar a sua posição.

É evidente que estamos perante um ponto da ordem de trabalhos em que a lei diz apreciação. Já sei que é o entendimento de que não haverá votação no final de uma apreciação. Apreciação é apreciação, ponto final.

Portanto vamos ajudar a que esta Assembleia tome uma posição clara. Nesse sentido eu vou apresentar uma proposta de deliberação da Assembleia Municipal para que as coisas então fiquem completamente esclarecidas.

E pela primeira vez, desde que sou membro desta Assembleia, ou desde a primeira que tomo assento nesta Assembleia, de facto eu neste momento sou membro substituto, mas vou apresentar uma proposta que digo desde já votarei contra.

Uma proposta de deliberação sobre a qual, desde já, digo que a votarei contra. Não tenho qualquer dúvida em relação a isso.

Tendo em conta o disposto no número cinco, do artigo quadragésimo... Repito: Proposta de deliberação.

É isto que eu tenho para propor. Portanto se estão certos do que estão a fazer votem a favor desta deliberação.”

O Vogal António Manuel Santos Salavessa, apresentou na Mesa a proposta de deliberação com o seguinte teor:

«Proposta de Deliberação:

Tendo em consideração o n.º 5, do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais, a Assembleia Municipal de Aveiro, no seguimento da apreciação do 5.º Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, considera que aquele Plano está a ser devidamente executado.»

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰³⁵

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³⁶

Presidente da Mesa:⁰³⁷

“Foi entregue e rececionada na Mesa do Sr. Deputado António Salavessa, uma proposta de deliberação. A Mesa o que faz é devolver ao plenário se deve ser admitida a admissão desta mesma proposta?”

Vogal Manuel António Coimbra (PPS/PSD):⁰³⁹– Nos termos do artigo 30.º do Regimento.

“Sr. Presidente. O Sr. Presidente sabe a agenda que faz. E tendo em atenção a agenda que faz, em que há uma apreciação deste ponto, deste relatório, não pode agora aceitar uma proposta. Isto nem sequer tem que recorrer ao Plenário. É a própria Mesa que, de acordo com este argumento de ter agendado o ponto que diz ‘apreciação do relatório’, não pode aceitar essa proposta. Não faz sentido haver uma deliberação sobre isso.”

Presidente da Mesa:⁰⁴⁰

“Trata-se de uma proposta. O que a Mesa está a referir é que não se passa à votação da proposta, mas sim à admissão da proposta. Isto, como nós sabemos, está no respetivo regimento: uma vez apresentada uma proposta seja ela de que teor for.”

Vogal Raúl Martins (PS):⁰⁴¹– Nos termos do artigo 30.º do Regimento.

“Era só para um ponto de ordem, Sr. Presidente. Eu acho que o Sr. Presidente não deveria pôr isso à votação da Assembleia. Estamos numa altura de muitas alergias e as coisas são más.”

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁴²– Nos termos do artigo 30.º do Regimento.

“Atenção ao precedente que eu estou aqui a ver desenhar-se! Atenção. A proposta de deliberação tem tudo a ver com o ponto da Ordem de Trabalhos. Tudo a ver com o ponto da Ordem de Trabalhos. Não é uma proposta fora da Ordem de Trabalhos. Atenção, Srs. Deputados.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):⁰⁴³– Nos termos do artigo 30.º do Regimento.

“Sr. Presidente. O que me parece perfeitamente claro, e resulta dos poderes de qualquer membro da Assembleia é propor recomendações. É evidente que as recomendações não podem ser descontextualizadas do ponto. Poder-se-ia colocar o caso da recomendação do Deputado Salavessa ser sobre um outro ponto qualquer ou sobre outro assunto de interesse para o Município, eventualmente estaria descontextualizada e a Mesa aguardava para outras ‘núpcias’, o que já fez, ou então apresentar um ponto próprio. Penso que o que a Mesa fez foi acertado. Do meu ponto de vista nem isso necessitava de fazer, tinha colocado logo a votação. Votou, votou. Não votou, não votou. Não percebo qual é a dificuldade em exercer o direito de voto! Não percebo.”

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos a pedido do Grupo Municipal do PPD/PSD, nos termos regimentais.⁰⁴⁵

Retomados os trabalhos, usaram da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:⁰⁴⁶

“Vamos então votar a admissão, ou não, da proposta. Faça favor Sr. Deputado Manuel António Coimbra.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):⁰⁴⁷ – Nos termos do artigo 30.º do Regimento. *“Sr. Presidente, antes de nós votarmos a proposta do Sr. Presidente estar a recorrer à Assembleia para se pronunciar sobre a admissibilidade desta proposta de deliberação que só agora nos chegou, porque nem sequer nos tinha sido distribuída. E digo isto porque, normalmente, estas coisas não se fazem. Quando alguém traz uma proposta que ainda por cima pressupõe uma deliberação há um entendimento entre nós que deve ser entregue com tempo para nós podermos deliberar.*

Compreendo que num partido relativamente pequeno, que só tenha uma pessoa ou que, pelo menos, em que há um sentido mais corporativista, tal problema não se ponha, mas num partido que tem dezanove membros nesta Assembleia não é fácil nós podermos, de imediato, chegar a um acordo quanto a uma pronúncia acerca deste assunto.

Mas mesmo assim, gostaria de lhe dizer que, neste curto espaço de tempo em que nós podemos verificar o artigo que foi invocado, aquilo que nós verificamos é que, realmente, os números quatro e sete do artigo quadragésimo da Lei das Finanças Locais refere que às Assembleias Municipais, como é a Assembleia Municipal de Aveiro, só lhe compete a apreciação dos relatórios semestrais referentes ao cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. E, por isso, a Mesa da Assembleia Municipal ao admitir esta proposta, ou pelo menos estar a recorrer ao plenário por não ter rejeitado esta proposta, está a incorrer numa ilegalidade que nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar.”

Vogal Marques Pereira (PS):⁰⁴⁸ – Nos termos do artigo 30.º do Regimento.

“Essas interpretações das legalidades ou das ilegalidades compete aos Tribunais e não ao Sr. Deputado Manuel António Coimbra. E gostaria também de lhe dizer o seguinte para bom governo dos trabalhos desta Assembleia. Parece-me, aliás, uma leitura absolutamente abusiva. Porque a Lei das Finanças Locais garante o mínimo de discussão e de deliberação acerca destas matérias. E não há lugar nenhum na Lei das Finanças Locais ou em outra lei qualquer que impeça as Assembleias Municipais de deliberarem assuntos do interesse do Município, como este. Ainda que se possam, eventualmente, considerar redundantes. O que não é, manifestamente, o caso.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):⁰⁴⁹ – Nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Sr. Presidente, preciso de responder a esta intervenção. É que é preciso notar que o PCP invoca o número cinco do artigo quadragésimo. O número cinco do artigo quadragésimo diz respeito ao incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro que, de maneira nenhuma, está aqui posto em causa. Desta maneira, não faz sentido nenhum nós estarmos a deliberar sobre esta proposta.”

Presidente da Mesa:⁰⁵⁰

“As razões por si invocadas dão, precisamente, razão à Mesa para não colocar à votação do plenário a proposta, propriamente dito, mas a admissão dessa mesma proposta, porque também é entendimento da Mesa que haverá sérias dúvidas em que esta proposta deva ter, ou não, admissibilidade. Mas para melhor opinião devolve-a ao plenário e acaba,

precisamente, por justificar o sentido de voto em relação à admissão desta mesma proposta.

O que está aqui em causa é a admissão da proposta e não, propriamente dito, a deliberação sobre a proposta.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD):⁰⁵¹ – Nos termos do artigo 30.º do Regimento.

“Sr. Presidente, procurando dar uma achega a este tema. Para além do que foi dito, e eu repiso o que foi dito pelo meu colega Manuel António Coimbra, há também a questão do regimento. É que, efetivamente, só pode ser deliberado aquilo que está constante na Ordem do Dia.”

Presidente da Mesa:⁰⁵²

“O Sr. Deputado acaba por justificar o futuro voto da não admissão desta mesma proposta.”

Vogal António Salavessa (PCP): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵³

“Srs. Deputados. Sr. Presidente. É exatamente o número cinco que é referido no artigo quadragésimo que eu quero ter em conta. Portanto, é aquele número que determina que compete à Assembleia Municipal comunicar o incumprimento. Havendo dúvidas sobre esse cumprimento ajudo — e a proposta visa ajudar a maioria a dizer que o Plano está a ser cumprido. Se os Srs. não querem dar esse passo arranjem todos os argumentos que quiserem para não dar o passo a dizer que o Plano está a ser cumprido. Fica à vossa consideração.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa nos termos regimentais, colocou à aprovação do plenário, aceitar a proposta apresentada pelo Vogal António Salavessa, para discussão e votação. Foi a mesma rejeitada,⁰⁵⁴ com vinte e seis votos contra(PSD18+CDS7+IND1), zero abstenções, e doze votos a favor (PS9+BE2+PCP1).

Ponto 5. – Adesão do Município de Aveiro à Associação RIACIM – Rede Ibero-Americana de Cidades Médias ⁰⁵⁶.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17/10/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁵⁷

“Senhores Deputados trazemos aqui a proposta de adesão à rede RIACIM que se traduz no seguinte: nós desde 2007 integramos a Rede de Cidades Europeias — e o nosso

objetivo com a integração nesta rede foi discutir assuntos relacionados com as cidades de média dimensão a nível europeu. Numa longa tradição de associativismo ibero-americano foi proposto numa última reunião a criação de uma rede de cidades média dimensão ao nível ibero-americano, para de facto defender os interesses nalgumas áreas específicas, nomeadamente na mobilidade ao nível das cidades de média dimensão.

Pensamos que assim com este objetivo trazer para a ordem do dia porque é muitas vezes esquecido alguns problemas por nós termos uma dimensão nem muito grande nem muito pequena, é muitas vezes esquecido quer no seio da União Europeia, mas também ao nível das cidades ibero-americanas. E portanto, o nosso interesse aqui é de facto podermos discutir assuntos comuns e também fazer algum lobby daquilo que nos interessa em termos de cidade. Muito obrigado.”

De seguida inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[059](#)

“Senhor Vereador, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a questão é muito simples e é uma apenas: é se há algum estudo de custo/benefício desta decisão?

Penso que nenhuma decisão é inócua, portanto o que é que isto pode representar em termos de custos e o que é que pode representar em termos de benefícios? Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE)[060](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[061](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[062](#)

“Boa noite a todos, Senhor Presidente. Quando nos foram distribuídos os Pontos desta Assembleia Municipal, aparece aqui o Ponto que estamos agora aqui a discutir que é da Associação da CIUMED. Daquilo que me foi dado a ver e saber, esta Rede terá vindo já à Assembleia Municipal há algum tempo já para nós nos pronunciarmos. Entretanto consultando o site, procurei saber quais eram as cidades que faziam parte desta rede RIACIM, para ver até que ponto, do nosso ponto de vista, seria interessante ou não seria interessante para Aveiro. E o que nós detetámos foi até com alguma surpresa, porque o nome até é um pouco pomposo, as cidades que lá se encontram são cidades portuguesas e espanholas, mas é a promoção das cidades médias da União Europeia.

Não percebo muito bem como é que sendo cidades espanholas e portuguesas que estão inseridas na União Europeia, a seguir as mesmas cidades vêm fazer a proposta da RIACIM, que é uma proposta com os países da América latina!? Eu começaria por perguntar o seguinte: diz aqui na proposta – “considerando os objetivos desta Rede e a sua importância para as atividades do município de Aveiro”, eu gostaria que o Senhor Presidente nos pudesse esclarecer, quais são esses objetivos e a sua importância. Porque fazendo parte da tal rede das cidades europeias, também até hoje não verificamos qual foi a importância e quais foram essas atividades. Está aqui descrito que houve um workshop sobre a mobilidade das cidades médias, mas não sabemos qual tem sido o funcionamento desta Rede.

Relativamente à RIACIM, não sou evidentemente contra as associações das várias cidades, mas questiono-me por exemplo o que é que nós podemos ir buscar ao Haiti ou então o que vamos dar ao Haiti qualquer coisa; ou por exemplo à República Dominicana — além do sol e das boas férias. Mas não é isso que está aqui em causa creio eu. São outros motivos e outros países com os quais teremos umas relações não tão próximas, não

direi no Brasil, em que aparece aqui uma cidade que se chama Paranaguá. Pronto, também não faço a mínima ideia.

E as minhas questões prendem-se com o facto que Aveiro (no meu ponto de vista) deve de facto nivelar-se pelo melhor, aquilo que se chama o benchmarking e não por uma coisa... mas isso já eu disse da outra vez quando vieram aqui com isto das cidades.

Não estou a ver, gostaria que me explicassem melhor e mais em concreto. Depois no artigo 4.º diz assim: “desenvolverem um quadro de cooperação permanente entre as cidades médias... para implementação de ações territoriais comuns”. Também gostaria que me explicassem o que é isto das ações territoriais comuns?

E também nas várias atividades é cedido financiamento nacional e internacional com o objetivo de promover iniciativas de melhoria de qualidade de vida nas cidades. Quem são as instituições que vão promover isto? Quem é que vai entrar com o patrocínio destas atividades? Acho que seria interessantes, nós poderemos saber isso.

Também me causa algum, a nossa língua que tão mal tratada tem sido ultimamente, devíamos também pugnar para que a nossa língua ficasse. A nossa língua, a língua de Camões, não é a língua dos nossos amigos brasileiros, que é aquilo que nós temos agora no acordo ortográfico. Isso também é um aparte.

E como estamos a falar de ligações de Aveiro com outras cidades, eu gostaria de perguntar à Câmara, em tempos também veio cá uma Associação com várias cidades com vista ao turismo religioso! Se tem feito o follow-up desse serviço religioso? O que é que se passa em relação a essas várias ligações das cidades com Aveiro, porque Aveiro tem que ser realmente promovido, da melhor maneira e não com cidades que provavelmente não têm tempo ou que haver connosco, têm uma dimensão menor. Isto é uma troca. Como se dizia há tempos, há sempre o ganhar, e há sempre dar e há sempre receber. E acho que Aveiro tem que receber, tem que dar, mas tem que receber. Nós fazemos uma coisa destas, eu gostaria portanto que me explicassem exatamente o que é que se passa, como é que é em concreto esta associação.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[063](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Realmente estamos perante aqui mais uma adesão do município de Aveiro a uma rede, desta vez uma rede Ibero-americana de cidades médias. Eu senti alguma falta e senti alguma necessidade de nós percebermos até agora o que é que tinha sido feito de positivo? Ou seja, que houvesse um balanço sobre a nossa participação na CIUMED.

Era importante que esta participação do município de Aveiro com uma outra associação, que me parece semelhante àquela que foi feita com a CIUMED, esta agora é a RIACIM, pudesse haver realmente um balanço daquilo que foi a nossa participação.

Outra coisa que não é claro, ou seja é exatamente ao contrário é, os custos são para ser definidos e a quota é para ser definida depois pela Assembleia-geral!? E por isso, os Estatutos são completamente omissos e por isso e não há em lado nenhum dados sobre estimativas de custos!

Presumo que também tenha que haver custos com viagens — e gostaria que fosse esclarecido esse aspeto.

E um último tem a ver com a comissão científica. Confesso que não percebi qual é a vantagem de haver a instituição de uma comissão científica que se substitui à Direção!? Porque é a comissão científica que vai redigir o Plano de Atividades da Associação! Ou seja, não é a Direção é a Comissão Científica e ficamos sem saber se tendo a Comissão Científica estas Atividades ou estas competências, se vai haver pessoas a tempo inteiro na Associação para poderem fazer este Plano? E se estas pessoas vão ser pagas pelos associados?

Ou seja parece que aqui poderá haver custos acrescidos. Por isso esta proposta devia estar um bocadinho mais bem fundamentada. E eram estas as perguntas que gostaria de colocar. Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[064](#)

“Bem, eu penso que não é de mais salientar de facto a inoperância de outras parcerias ou de outros organismos, associações, da qual a Câmara Municipal de Aveiro aderiu e portanto daí já parto com alguma desconfiança. E a pergunta é óbvia: isto vai dar no quê? Esta parceria, esta adesão a esta rede, vai dar frutos em que sentido? Umhas viagens à América latina? Não sei, talvez.

Mas tanto quanto sei a preferência deste executivo até vai mais para a China, portanto não sei se estamos a falar de uma exploração de novos horizontes, novos continentes, se é essa a plataforma.

Obviamente que isto não poderá ter a aprovação do BE. Mas há um aspeto concreto em relação aos Estatutos desta rede, no que diz respeito ao artigo 24.º diz o seguinte: “um associado que seja excluído da associação, não terá direito a receber a sua participação do património iniciado à associação, nem poderá solicitar o ressarcimento referente à sua parte no património da Associação”. Ou seja, aqui parece-me que há um problema que é esta rede se considera a ela mesma como um Tribunal; não parece minimamente aceitável. Ou seja, parte-se do princípio que a expulsão é justa e não se devolve a participação social no momento que foi expulso, quando as motivações da expulsão podem ser diversas. Portanto aquilo que nós entendemos é que nesta matéria pode constar o direito de expulsão, mas em matéria de penalização isso deve ficar ao cargo dos Tribunais. E portanto esta alínea deixa-nos imensas reservas sobre aquilo que é a rede e sobre os seus limites de atuação. E portanto, gostaria também de saber dos esclarecimentos em relação a esta alínea por parte do executivo, porque de facto parece-me que vai para além do âmbito de atuação que devia ser a rede.”

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[065](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas duas palavras simples. Nós aceitamos perfeitamente esta proposta que está agora aqui em discussão porque consideramos que é realmente para levar o nome de Aveiro a mais 600.000 pessoas. 600.000 habitantes é sempre salutar.

Também considero as perguntas que foram aqui já efetuadas pertinentes. Nomeadamente na questão dos custos.

Quais realmente são as quotas que a Câmara terá que pagar? Qual é o prazo de cada Direção? E aonde é que elas se irão instalar? Porque se realmente tudo isto tem que ser contabilizado e tem que ser realmente muito bem pensado e a Assembleia terá que ter conhecimento de todas essas situações.

Penso de qualquer maneira que os custos são muito inferiores aos dividendos que realmente mais de 600.000 pessoas poderão visitar Aveiro e assim sucessivamente. Não quero deixar de notar também que já temos outras situações, normalmente com diversas cidades gémeas de Aveiro, que pouco resultados têm tido! Mas penso que uma Associação destas é sempre de salutar para o nosso município. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[066](#)

“Brevemente Senhor Presidente. É só para sublinhar um pouco também do que já foi dito. Quer dizer, em relação a este tipo de redes qual o retorno que nós temos? Sobre elas

temos o turismo religioso, etc., e outras que já foram aqui aventadas. E às vezes ficamos um bocadinho sem saber! Desde que isto não tenha nenhum custo a coisa ainda lá vai, mas e além disso, os considerandos que levam à deliberação da Câmara afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, quando propõe à Câmara que considerando a ausência de encargos na associada, não é! Mas o que é certo é que depois os estatutozinhos têm lá uma série de referências, sete referências, às quotas, caso existam, caso venham a ser fixadas caso, caso!? O que se calhar, fatalmente, se esta rede começar a funcionar e a operar corretamente poderá ter eventualmente ter um custo — o que também não me chatearia muito desde que a coisa funcionasse. Porque se conseguíssemos tirar alguma partilha se a coisa funcionar, se calhar tem até interesse.

Agora a questão que me incomoda um bocadinho é apresentarem-nos uns estatutos como se fosse (e a Câmara, eu não digo que não esteja de boa fé) à borla chamemos-lhe assim, e depois aprovamos desta forma e a meio da viagem depois trocam-nos as voltas e passa a ser um encargo pela autarquia.

Portanto de alguma maneira condicionarei o meu sentido de voto, na perspetiva que haverá bom senso da Câmara, no caso na medição do encargo e do retorno que venha a ser obtido.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁶⁷

“Em relação ao custo/benefício, acho que temos que ter aqui a perceção que estamos a aderir a uma Rede de cidades, não estamos a aderir a uma Associação com um fim específico. Nós temos essas associações até no próprio município. Estamos a aderir a uma associação que pretende acima de tudo, tirando a conotação negativa que a expressão tem de fazer “lobby”. O objetivo desta associação é chamar a atenção de determinadas organizações para certos problemas que este tipo de cidades tem. E acho que toda a gente percebeu isso. E portanto temos que perceber até aonde é que estamos a ir e em termos de análise da entidade.

Quanto à questão das quotas, dizer-vos isto: a nossa aceitação de integração desta Rede é no pressuposto de que a mesma não terá encargos para o município. É só nesse sentido que nós a integramos.

O pressuposto deste tipo de Redes é que elas funcionarem com base em projetos, nomeadamente eu dou o exemplo da Rede que foi criada anteriormente a CIUMED. Ela foi criada no âmbito daquilo que é o Atlântico Citys, que é um projeto europeu, onde há varias candidaturas de cidades em Rede, que se candidatam para determinados fins, com o objetivo de divulgar determinadas ideias e de desenvolver o espírito europeu. É nesse sentido por exemplo que aqui só estamos a falar de cidades portuguesas e espanholas no âmbito da CIUMED, porque era assim que a candidatura integrava. Estamos a falar do Atlântico sul e portanto só podiam ser estas as candidatas. E por isso é que a Rede deixou assim o objetivo é ela crescer a partir daí. Também ainda é uma Rede jovem portanto tem muito que crescer.

Em relação às várias Redes que nós temos participado e àquilo que elas de facto têm conseguido eu dei o exemplo do “lifecycle”. O “lifecycle” é um bom exemplo.

Há que considerar dois tipos de Rede e dois tipos de projetos diferentes. Normalmente há um tipo de projetos que não salta muito à vista porque não tem obras. Não tem uma obra para o futuro. Tem se calhar a obra mais importante que é mudar mentalidades e mudar costumes. O “lifecycle” pretende isso exatamente. Dar a perceção, falar sobre o tema, discutir as ineficiências e as eficiências que nós temos a nível de cada um dos municípios e portanto o objetivo era discutir determinado tema.

Há muitos projetos assim na União Europeia como tenho a certeza que saberá o Senhor Deputado do BE. E portanto o objetivo não é fazer algo de imediato, é abordar assuntos, é pôr questões na agenda europeia que são importantes.

O objetivo da constituição da Rede CIUMED é exatamente isso mesmo. É criar a perceção de que há um tipo de cidades, que são cidades que estão claramente definidas entre os 20 e os 250 mil habitantes, não muito pequenas, nem são muito grandes, a nível do espaço europeu e no espaço europeu há dezenas e dezenas de cidades desta dimensão e na América Latina e nos países de língua oficial portuguesa, existem com certeza muitas mais.

Aqui o objetivo é discutir problemas comuns. Não faz muito sentido, a não ser em determinados projetos específicos fazer Redes com grandes cidades. Com cidades com um milhão ou com dois milhões de habitantes. Disso não vamos discutir pontos em comum. Portanto não vamos arranjar soluções. Faz sentido discutir com aqueles que têm a nossa dimensão, que têm o nosso tipo de problema e é isso que nós pretendemos.

Nós não sabemos tudo, eles também não saberão tudo, e o objetivo é esse.

Quanto ao tipo de Redes e estava-se a falar muito do que é que tem servido para Aveiro estas adesões? Eu dei-vos o exemplo do Aveiro Empreendedor que surgiu num projectozinho destes, em que os custos foram limitadíssimos, e neste momento temos um projeto de mais de um milhão de euros aprovado e que estamos a trabalhar.

Dou o exemplo agora de um projeto que foi recentemente aprovado. Esse sim irá ter obra e que irá trabalhar sobre a mobilidade. Em breve iremos ter informações sobre isso — e aqui é mais de um milhão de euros também. Portanto, há aqui coisas que têm alguma importância, e que se têm de trabalhar com calma para as encontrar.

A questão da TUREL. A TUREL surgiu para dinamizar de facto o turismo religioso, é esse o objetivo dela.

Nós temos alguns projetos em comum com as cidades que trabalham nessa Rede — não são só cidades, há outro tipo de entidades também, e que têm trazido algum sucesso em termos daquilo que é o turismo para Aveiro.

Nós temos contabilizados alguns números ao nível do turismo religioso que cada vez mais no norte do país, tem tido uma expressão grande.

Às vezes nós não temos muito a perceção do que significa algumas excursões que passam por Aveiro, mas a verdade é que elas prendem-se com o envolvimento que nós temos a este nível.

Também irão surgir em breve algumas novidades, mas temos tempo para isso.

Em relação aos custos. Como eu vos disse o objetivo aqui é trabalhar projeto a projeto e portanto não é ter custos associados. É à medida que esses projetos forem aprovados decidimos se são interessantes ou não. Não iremos avançar nesta Associação no sentido de ir pagar quotas.

Se essas vierem a existir, como é óbvio, iremos trazer aqui à vossa apreciação, se será para decidir avançar ou não.

Quanto à questão da Comissão Científica. O objetivo também não é a Associação ter nenhuma pessoa a trabalhar a tempo inteiro. É, lá está, à medida que vão surgindo projetos em pormenor haver pessoas a trabalhar especificamente nesses projetos e depois propor à Direção se se deve avançar ou não em relação a cada situação.

Quanto à questão das cidades gémeas. Nós nalguns projetos temos parado. E temos parado alguns processos. O projeto das cidades geminadas, Aveiro já tem muitas cidades geminadas e ainda bem que assim é. Aveiro é uma cidade multicultural e com muitas ligações no mundo, mas de facto pareceu-nos que muitas delas tinham sido feitas sem uma base que permitisse sustentabilidade no futuro.

A nossa prioridade tem sido para as Redes de Cidades, com desafios específicos comuns como é o exemplo desta. em que possamos de facto ter um aproveitamento prático das coisas, algo que possamos beneficiar no futuro. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁸

“Antes de mais queria fazer uma nota prévia sobre a discussão que aqui houve sobre a questão da língua. De facto a difusão da língua castelhana e do português tem uma história que nós não nos orgulhamos, mas é hoje uma realidade incontornável de 600 milhões de pessoas. E por isso é que eu lamento que haja aqui deputados que não percebem que o que se fala no Brasil é tão português como aquilo que se fala aqui, e que não percebem que a potencial força do português está nos milhões de pessoas que no Brasil falam português, tal como os milhões de pessoas que em África falam português.

Sobre a questão em concreto. Parece-me que a Câmara Municipal tem uma contradição nos termos na sua declaração, porque diz que adere a esta nova Rede, e que é a criação de uma nova Rede acima de tudo. Portanto os Estatutos são feitos de raiz e não são uma adesão a estatutos que já estão feitos. A Câmara Municipal diz que adere no pressuposto que não haverão custos para o município! Mas o pressuposto daquilo que nós estamos a aderir é que poderão haver quotas, é que poderá haver custos para o município.

E mais ainda. É que se nós quisermos sair da Rede todo o património nosso que lá está, não pode ser restituído. Portanto há aqui uma contradição de termos. Portanto, de facto, aquilo que eu gostaria de saber é, porque é que esta cláusula que me parece abusiva do património ficar retido existe? E porque é que não foi, sendo os estatutos criados de raiz, porque é que não é acautelada a questão de não haver quota e a questão do património poder ser retirado, se é o objetivo deste município que não haja custos? Porque eu acho que como disse, é essencial que Aveiro esteja em várias Redes, agora quero que essas Redes funcionem e que não sirvam apenas para que Vereadores tenham segundas luas-de-mel. Muito obrigado.

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)⁰⁶⁹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁷⁰

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁷¹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁷²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁷³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁴

“Senhor Presidente, muito obrigado. Só dizer que gostei de realmente das explicações que o Senhor Vereador deu e que era importante que, se nós escusávamos de as ter perguntado, se tivesse vindo fundamentada a proposta que foi feita.

Mas entretanto, este debate como se prolongou durante algum tempo, permitiu que nós pudéssemos pesquisar realmente quais têm sido as atividades da CIUMED. E às vezes encontramos caras conhecidas que já não víamos há algum tempo. E só para dar nota a esta Assembleia que encontrei aqui num dos boletins da CIUMED o Eng.º. José Matos Rodrigues que fez parte do programa Pólis aqui na nossa cidade de Aveiro — e que agora está no Departamento de Obras Municipais do Município da Figueira da Foz. É bom recordarmos e vermos pessoas que já deram a cara e trabalharam para este município. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 5. Adesão do Município de Aveiro à Associação RIACIM – Rede Ibero-Americana de Cidades Médias sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁷⁵ com trinta e cinco votos a favor (PSD18+CDS7+PS8+PCP1+IND1), três abstenções (PS1+BE2) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 6. – Doação à Companhia Voluntária de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes – “Bombeiros Novos de Aveiro”, parcelas de terreno destinadas à edificação das novas instalações do Quartel ⁰⁷⁶.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17/11/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos:⁰⁷⁷

“Senhores Deputados, boa noite. Cumpre-me a mim apresentar este Ponto e dizer o seguinte: na reunião de Câmara de 17 de novembro último foi aprovado doar aos Bombeiros Novos de Aveiro, uma parcela de terreno destinada à edificação do novo quartel. Este terreno com uma área de 13.350m² localiza-se na envolvente da Rua das Cardadeiras, Estrada Nacional 109, na Freguesia de Esgueira. Esta localização próxima dos principais eixos rodoviários do concelho permitirá não só um fácil acesso ao centro da cidade, como também às freguesias, aquelas que estão sobre influência direta dos Bombeiros Novos, por exemplo Esgueira, Vera Cruz, Eixo, Eirol, Santa Joana, Cacia e São Jacinto e também fica muito perto do acesso à A25 e à A17.

Portanto uma localização excelente, fora do centro da cidade, onde praticamente já há duas corporações de bombeiros neste momento. Esta doação está sujeita aos termos e condições referidos na informação que vos chegou, mas eu cito três situações que parecem importantes. Uma delas é o prédio destina-se exclusivamente à edificação das novas instalações do Quartel dos Bombeiros Novos de Aveiro, não podendo ser utilizado para outro fim. O prédio doado não poderá ser objeto de alienação, transmissão, oneração ou constituição de figuras parcelares do direito de propriedade sem prévio e expresse consentimento escrito do município de Aveiro. A edificação prevista deverá ser iniciada até 60 meses a partir da data da celebração da escritura de doação e concluída em 36 meses.

Acresce ainda referir que nós temos procurado disponibilizar aos Bombeiros Novos todo o apoio para que o processo de candidatura ao QREN com vista à obtenção de financiamento para a construção deste novo equipamento seja bem-sucedida.

Penso que já têm um conjunto de informação que está ao vosso dispor. É evidente que nós estaremos à vossa disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que considerem pertinentes. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.)

De seguida inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁷⁹

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁰

“Muito obrigado. Esta é uma altura bastante difícil para todos, exceto para quem consegue fugir para a Holanda. E é também difícil para os Bombeiros, nomeadamente com os cortes que são previstos, quer do Estado, quer das Câmaras Municipais.

A primeira questão que eu colocava é: muito bem, os Bombeiros vão construir o seu quartel, mas quer antes, quer durante e quer depois — e não só estes Bombeiros mas todos do município, que tipo de apoio é que podem contar da Câmara Municipal?

É que isto é uma realidade ainda mais grave nos Bombeiros. Porque antes faziam o transporte dos doentes em ambulâncias de hospital para hospital ou transporte de doentes, e agora isso é feito por entidades privadas, o que nos parece que não favorece muito as associações humanitárias que fazem não só esse trabalho que é renumerado, mas outro trabalho que não é renumerado.

Parece-nos que fala-se muito do interesse público, e muitas vezes deliberamos aqui sobre o corte no interesse público. O Bloco de Esquerda agendou para esta Sessão da Assembleia Municipal no seu último Ponto, questões relacionadas com interesse público e talvez esta seja das poucas vezes de facto, que vem aqui uma medida efetiva de interesse público.

Neste momento os Bombeiros Novos estão enclausurados no meio de uma malha urbana muito densa e é-lhes muito difícil seguir para qualquer sítio, por causa do trânsito, semáforos, ruas ocupadas com trânsito mal ordenado que possam estar de momento. Portanto, de facto, parece-me que havendo a salvaguarda que está estabelecida nos documentos da finalidade do terreno, que esta poderá ser uma decisão de efetivo interesse público.

Queria apenas colocar duas questões à Câmara Municipal. A primeira é o que é que acontecerá, se a Câmara Municipal tem informações, ao atual quartel dos Bombeiros Novos naquela zona? Será mudado para alguma coisa? Será que a Câmara tem alguma coisa, alguma informação sobre isso?

E uma outra e peço que a Câmara Municipal nos dê uma outra garantia que é: este novo quartel seja construído, mas que não tenha os problemas do anterior. Porque os problemas do anterior como disse é escoar os carros de urgência para o concelho. Portanto julgo ouvir que a Câmara Municipal deve aqui dar de boa voz garantias de que haverá a construção deste novo quartel, mas que não haverá construções à volta que dificultem ou bloqueiem o acesso direto à EN109, porque julgo que o acesso direto à EN109 é a condição essencial para que o novo quartel funcione e sirva a população aveirense. E gostava de ver de viva voz aqui essa garantia dada pela Câmara Municipal. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸¹

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸²

“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Bem o processo que nós aqui temos é um processo que podemos enfim designar na gíria “tem barbas.” Isto da construção de um novo quartel para os Bombeiros Novos já é um assunto de anos. E que este executivo tem entre mãos e que já teve vários avanços e recuos. Aliás inclusivamente já chegou aqui a

ser discutido nesta mesma Assembleia Municipal neste mandato. Porque eu constatei à época com surpresa (e consultei inclusivamente o Senhor Presidente da Corporação) para o facto de ter estado previsto uma outra localização, aliás, com um prédio de premeio entre a localização e a estrada 109, o que manifestamente era desaconselhado em virtude do facto de isso hipotecar não só a visibilidade da própria EN109, o que em termos operacionais ia criar bastantes prejuízos como também dificultar o acesso a essa via, o que também em termos operacionais, criaria ainda mais prejuízos.

Contando que as informações que me chegaram, essas questões estarão debeladas, a questão que me assalta e que é de crítica, é o facto de este processo estar há tantos anos para ser resolvido — e isso do meu ponto de vista é incompreensível. A Câmara tinha todas as ferramentas para concretizar este negócio em prol da Associação dos Bombeiros, mas também em benefício da cidade. E não se compreende porque é que isto demorou tanto tempo. Não há nenhuma razão objetiva para que a Câmara não possa ou não tivesse já podido fazer ocorrer esta doação.

Até porque é premente, aliás aquilo que já aqui foi dito em virtude das deficiências vindas do facto de este quartel estar no centro da cidade e as dificuldades de expansão e de operacionalidade que enfim, já seriam suficientemente importantes e a ter em conta para que este negócio já tivesse sido concretizado há mais tempo.

E portanto fica aqui esta nota de censura e de incompreensão.

Por outro lado seria importante também perguntar se todos os protocolos e participações da Câmara em relação aos Bombeiros se estão ou não em dia?

E isso parece-me também muito importante porque as queixas recorrentes de aniversário para aniversário dos Bombeiros, enfim, elas são recorrentes como dizia e, portanto, é importante perceber qual o ponto de situação em relação a essas matérias.

Por outro lado, uma crítica em relação à apresentação dos documentos. É uma crítica que já fiz no mandato anterior na Câmara Municipal. Uma crítica que já aqui foi feita, não só por mim, mas também por outros Senhores Deputados Municipais já na dependência deste mandato e que tem a ver com a forma e o conteúdo de como os documentos são apresentados.

Nós temos aqui basicamente uma proposta de doação que é assinada pelo Sr. Eng.º Cruz, que é chefe de Divisão do Departamento de Património Imobiliário.

E fico um pouco pasmado, porque ao que sei o Eng.º Cruz que é épico académico, independentemente da sua competência enquanto Chefe de Divisão, não lhe reconheço competência de jurista. E eu acho que a Câmara perde em nestas circunstâncias este tipo de documentação não vir informado do ponto de vista jurídico de forma a blindar estas decisões.

Fica a Câmara a perder. Fica a Assembleia Municipal a perder. Apelo a tanto ao Senhor Presidente, à questão da tecnicidade dos documentos, e de facto, do ponto de vista técnico, os documentos vêm deficientemente informados. E portanto, recorrendo, enfim, aqui a alguns conhecimentos que a bancada tem nesta matéria, de facto do ponto de vista jurídico, aparentemente parece não haver questões relevantes. Mas o que é facto é que (e alertava para esta situação) de futuro (e é um pedido reiterado) que todas estas minutas de contratos viessem confirmadas em termos de informação pelos juristas da Câmara.

E isto é um problema. Porque vossas excelências acabaram com o Departamento Jurídico. E portanto eu não sei qual é aqui o jurista que tem a imparcialidade suficiente para poder dizer não a um chefe de divisão. Visto que tal como o Senhor Presidente se refere, enfim, de uma maneira eufórica aos “juristas helicópteros”, eu não sei se eles têm independência suficiente em relação aos vários chefes de divisão a que aparentemente reportam e que são as suas tutelas para lhes poderem indeferir ou corrigir as minutas que se lhes apresentam. E isto do meu ponto de vista em termos de uma orgânica da Câmara Municipal é grave.

E aliás, e vem a talho de foice, o facto de vossas excelências ainda não terem conseguido promover, vai fazer um ano, à reestruturação da própria Câmara aqui aprovada no início do ano, e eu penso, que é uma questão que o Senhor Presidente se tem furtado a responder, mas que mais cedo ou mais tarde vai ter que dar uma justificação aos aveirenses e sobretudo aos funcionários.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[083](#)

“Pois a minha intervenção é para me regozijar com esta deliberação de entrega de terrenos necessários para que uma instituição como os nossos Bombeiros Novos possam exercer de forma cabal, completa, a sua missão. Em defesa das pessoas e dos bens dos aveirenses e não só, executando missões quando forem chamados. E para isso precisam de boas condições.

Tive o prazer de participar na construção do atual quartel dos Bombeiros Novos enquanto membro na altura da Direção. Foi um esforço enorme. Daí que por dentro não possa fazer mais senão louvar o esforço que estas instituições desenvolvem em prol da humanidade, nomeadamente em Aveiro, que é o caso dos Bombeiros Novos. E portanto, uma vez mais manifestar a minha inteira e total satisfação por eles poderem vir a ter agora o espaço que tanto precisam. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[084](#)

“Boa noite a todos. Eu claramente concordo com a doação de bens. Ou seja, terrenos ou meios a qualquer das corporações de Aveiro. Trabalho diariamente com eles e sei claramente a abnegação deles para com o cidadão e para com os bens.

Mas vou abordar este tema das corporações dos Bombeiros e das doações sobre um prisma diferente.

Sobre o prisma se efetivamente no concelho de Aveiro devem ou não existir duas corporações de Bombeiros? Ou se calhar lançar o tema para discussão. Se não é altura de repensarmos se Aveiro enquanto cidade, enquanto concelho, enquanto população, que com toda a evolução que tivemos de estradas, de meios de comunicação, se deve ter duas corporações ou se deve ter uma?

Porque muitas vezes a operacionalidade das ditas corporações não é melhor por serem duas corporações. Eu lembro-me quando começou a Emergência Médica cá em Aveiro, o sistema dos Bombeiros de assistência à Emergência pré-hospitalar estava dividido. Os Novos faziam até à EN109, Pingo Doce e os Velhos do outro lado.

Muitas vezes quando o acidente era ali pelo meio, houve cenas caricatas! Chegaram as duas corporações a discutir – o doente é meu, o doente é teu, eu levo-o, eu trago-o. E é a prova de que duas corporações na altura traziam problemas de operacionalidade de assistência.

Hoje em dia tudo melhorou. Hoje em dia a emergência pré-hospitalar é mandatada de fora, não tem a ver com as corporações e a sua ativação é ativada por fora, portanto não há esses problemas de mais aqui ou mais ali.

Mas claramente a existência de uma só corporação trazia mais utilidade em termos de gestão de pessoal, gestão de logística, operacionalidade, de custos.

Quanto às doações. São complicadas penso eu a existência de duas corporações porque por exemplo: a uma é atribuído um barco, a outra quer uma barçaça; a um é atribuída uma escada, a outra tem que ter um escadote; a um é atribuído um carro, a outra tem que ter uma carrinha — e depois nenhuma acaba por não ter nada de bom.

E a minha opinião é que se calhar devemos repensar que se tivéssemos em Aveiro uma corporação que conseguisse (o que é difícil, o que é difícil) congregar as duas corporações que temos, se calhar em termos operacionais, a assistência seria melhor. Há quem me diga que: mas há a história, os Bombeiros Novos têm história, os Bombeiros Velhos têm história — e que grande história! A história conta-se, a história estuda-se, publica-se, a história põe-se em livro, e a história fica para a prosperidade. Mas, claramente penso que é altura de lançarmos o tema e discutir e pensar se em Aveiro, em termos de operacionalidade, em termos de assistência, em termos de recursos de gestão de pessoas e bens, não seria melhor se calhar termos uma corporação mais bem localizada, com melhores meios. Melhores meios porque eram juntos. Se calhar não era preciso dois quartéis; se calhar não era preciso tantas ambulâncias; se calhar não era preciso tanta gente ao mesmo tempo. Se calhar a assistência era melhor. Deixava esta consideração.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁸⁵

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁸⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁸⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Pois a questão que nós estamos de acordo com esta proposta. Acho que vem na linha daquilo que a Câmara Municipal de Aveiro tem feito com as diferentes associações que é dotá-las de alguns meios para que possam melhorar as suas instalações e melhorar as suas atividades. E aqui temos mais um exemplo em que a Câmara proporciona o terreno e há aqui implicitamente ou se calhar é explicitamente um prazo, para que os Bombeiros mostrem que realmente estão em condições de responder a este desafio que a Câmara coloca e de construírem o quartel que tanto desejam.

E por isso acho que estas cláusulas que aparecem por um lado a Câmara que dá o terreno, por outro lado referem que realmente se ao fim de sessenta meses não houver a edificação que é prevista, construir o quartel dos Bombeiros naquele local, realmente reverterem estes terrenos para o município de Aveiro. E isso parece-me que é avisado por parte da Câmara Municipal de Aveiro. Assim como também no caso de haver alguns problemas que possam haver com a instituição e todos nós esperamos que não, que os Bombeiros desempenhem sempre e bem o seu papel, mas acautelam também essa possibilidade e que por isso há a reversão de realmente do prédio, que agora é doado pelo município de Aveiro. E por isso, parece-me que este contrato é um desafio, que é colocado pela Câmara a esta instituição e que faço votos para que realmente esta instituição saiba usar este benefício e este desafio que aqui é feito pela Câmara Municipal de Aveiro e que tenho a certeza que vai ter o apoio da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos ⁰⁸⁹

Vereadora Ana Neves:⁰⁹⁰ - Nos termos do artigo 34.º do Regimento.

“Então, boa noite a todos. Boa noite Senhor Presidente, boa noite Senhor Presidente da Mesa, boa noite Senhores Deputados.

Senhor Deputado eu agradeço a pergunta que me colocou. Então respondo da seguinte forma. Eu julgo que em Aveiro nós temos pessoal talvez a mais nesta área. Temos duas corporações de bombeiros, temos equipas de intervenção permanentes, e temos proteção civil.

Efetivamente podem os serviços não ser coincidentes, mas há que repensar do meu ponto de vista se não temos aqui sobreposição de serviços.

Em segundo lugar, eu julgo que a situação financeira da Câmara merece-nos alguma ponderação sobre a contenção ao nível da doação de ativos do município de Aveiro.

Nós estamos a falar de um terreno que está avaliado em 667.500€. É um valor bastante significativo que eu acho que deve ser bem ponderado.

Em terceiro, a doação em causa não é necessária para o fim que se pretende. Se leram o documento, está explícito no documento apresentado pelo Sr. Eng.º Cruz que passo a ler. «No decorrer das diligências efetuadas pelo município, junto da autoridade nacional da Proteção Civil, obteve-se a informação de que efetivamente bastava uma declaração comprovativa de intenção de cedência do mesmo, a favor da entidade beneficiária, entre outros aspetos fundamentais à candidatura».

Portanto não é necessária transmitir a propriedade ou fazer a doação, para que os Bombeiros possam efetuar a candidatura.

E em quarto lugar, da minha experiência na Câmara, tenho constatado a grande dificuldade que a Câmara tem em exercer o direito de reversão! E por isso se o ato não é impeditivo, eu acho que não é necessário e por isso não votei favoravelmente. Obrigada.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹¹

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, tal como a Auditoria não podia deixar de estar presente na intervenção do Ponto anterior, esta intervenção da Senhora Vereadora também não pode deixar de estar presente nesta última intervenção.

Portanto, eu registo com muita satisfação que o Senhor Presidente da Câmara tenha concedido o direito de intervenção à Senhora Vereadora para ela poder explicar aquilo que lhe foi solicitado por um membro desta Assembleia Municipal.

Registo as informações e a opinião que deu relativamente ao assunto em questão. Entretanto, tendo em conta a entidade a quem a doação é feita, e tendo em conta o articulado e as cláusulas, não vejo razão para (mesmo respeitando a intervenção da Senhora Vereadora) alterar a intenção de voto nesta bancada. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹²

“Muito obrigado. Antes de mais, julgo que foi útil que a Vereadora nos tenha esclarecido as razões do seu voto e julgo que devia também a Câmara Municipal ter colocado algumas destas questões na sua intervenção respondendo – vão ter mais uma oportunidade e julgo que os outros Vereadores e o próprio Presidente da Câmara terão alguma coisa a dizer sobre isto. Julgo que de futuro seria útil que havendo algumas questões pertinentes como estas, que seja a própria Câmara, o executivo com Pelouros a fazer logo a explicação. Contudo, parece-me que o acordo/protocolo salvaguarda os interesses do município e os interesses dos cidadãos. Isto é, se não for construído o quartel é revertido o terreno para a Câmara Municipal — e eu quero acreditar que a Câmara o faça. Se o quartel for construído passaria a estar salvaguardado, mas eu queria que fossem feitos mais alguns esclarecimentos por parte dos membros da Câmara Municipal. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁹³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁹⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁹⁵

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos⁰⁹⁶

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 6. Doação à Companhia Voluntária de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes – “Bombeiros Novos de Aveiro”, parcelas de terreno destinadas à edificação das novas instalações do Quartel, sendo o mesmo aprovado por unanimidade,⁰⁹⁷ com trinta e sete votos a favor (PSD18+CDS7+PS8+BE2+PCP1+IND1).

Não houve declarações de voto.

Presidente da Mesa⁰⁹⁸

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁹⁹, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, deu por encerrada a terceira reunião da Sessão Ordinária de dezembro, informando que a próxima reunião¹⁰⁰ será no dia 11 de janeiro de 2012 (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 24:00 horas do dia 04 de janeiro de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)